

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Rejane Sales de Lima Paula (UNIR) - paula.rejane23@gmail.com

José Lucas Pedreira Bueno (UNIR) - rejane.lima@unir.br

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo trazer algumas contribuições acerca da representação social da biblioteca universitária como parte instrumental do processo educativo diante da educação inclusiva. Para tanto, parte-se do pressuposto de que, a biblioteca universitária é um dos elementos imprescindíveis para o desenvolvimento social e cultural do sujeito em formação. Para tal, procuramos descrever o papel social da biblioteca, a partir das políticas inclusivas voltadas para a biblioteca, como a Lei Nº 10.861 – Avaliação da Educação Superior (SINAES) de 14 de abril de 2004 que esclarece a contribuição da biblioteca para o ensino, a pesquisa e a extensão. Metodologicamente, este trabalho se baseia em uma revisão de literatura bibliográfica, a qual discute à luz da literatura existente a temática abordada. Por tanto, espera-se que este trabalho contribua com o desenvolvimento potencial da biblioteca como agente mediadora da informação e possa possibilitar ao sujeito em formação à essência do letramento informacional.

Palavras-chave: *Biblioteca Universitária. Educação Inclusiva. Representação Social da Biblioteca.*

Área temática: *Eixo 1 - Gestão sustentável*

Subárea temática: *Acessibilidade (produtos, serviços e tecnologia)*

1 Introdução

No decorrer do Século XX, o desenvolvimento tecnológico e o acesso à informação permitiram ao sujeito em formação apropriar-se do conhecimento armazenado nas bibliotecas, sem a necessidade de dirigir-se pessoalmente a elas, devido à evolução e a disponibilização da tecnologia nas Instituições de Ensino Superior (IES), e as cobranças sobre as bibliotecas universitárias terem tomado grandes proporções, tornando-as um dos principais ambientes de informações atualizadas, facilitando o acesso aos diferentes tipos de usuários, embora nem todos tenham consciência disso.

Para tanto, informações precisas têm se mostrado de grande valia na construção do conhecimento, e por meio das mídias digitais, tornou-se mais fácil buscar essas informações em tempo real. Por isso, pode-se afirmar que a biblioteca não é apenas um local móvel de acesso à informação, do conhecimento, de um saber ou até mesmo de uma conduta, mas, sobretudo um laboratório de cultura, educação e um espaço para a iniciação à vida que vem se adaptando ao seu público.

Neste contexto, Corradi (2011, p.28) apresenta a viabilização do “acesso e uso das informações hipermídia e multilíngue valendo-se da acessibilidade homem-computador”, onde a acessibilidade deve englobar meios físicos e virtuais, facilitando a inserção do sujeito em formação na comunidade a qual está inserida.

E nesse bojo, é possível desenvolver o potencial da biblioteca como agente difusora da informação, e desta forma valorizar a identidade cultural de um povo, é valorizar a informação. Por isso, entende-se que a relevância da biblioteca universitária se dá quando se encontra a resposta do vínculo entre a biblioteca e sociedade, já que por meio da biblioteca é possível criar hábitos e comportamentos, criando desta forma uma relação de ordem cultural e informacional.

2 Revisão de literatura

Para efeito desse trabalho será realizado um levantamento bibliográfico sobre o conceito da biblioteca universitária, será descrito também as políticas voltadas para a biblioteca com o intuito de promover sua função inclusiva e igualitária para todos.

Assim sendo, a Biblioteca Universitária (BU) é considerada como uma entidade social, que tem por finalidade atender às necessidades de estudo e pesquisa dos professores, alunos que estão vinculados a instituições de ensino superior, além de servir de suporte

informativa a comunidade em geral.

Belluzzo (2004) aponta a biblioteca como, sendo um local acesso à informação de acordo com as necessidades do usuário; e essa disponibilização poderá estabelecer os ideais da democracia (BELLUZZO, 2004, p. 78).

Isto confirma que a biblioteca possibilita a acessibilidade como um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade.

Castells (2000 p. 17) corrobora ao salientar que:

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico, por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e pela individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado.

Para corroborar com esta pesquisa iremos destacar os programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), os quais no decorrer do tempo vêm favorecendo a aplicabilidade dos recursos informacionais e a usabilidade da biblioteca que se baseia na educação inclusiva e na dimensão dos programas geridos para a educação do ensino superior constante no Plano Nacional de Educação (PDE) estabelecida pela Lei nº. 10.172/2001 que estipula uma política de estratégia para a promoção, a renovação e desenvolvimento nas universidades para uma educação igualitária capaz de suprir uma necessidade premente do desenvolvimento de competências que habilite os sujeitos a aprender e apreender o saber a ele transmitido.

E em vista disso, Mazzoni e Torres (2001) destacam os requisitos mínimos de acessibilidade arquitetônica e urbanística da biblioteca em razão da efetivação das legislações existente:

- a) Adequações de acessibilidade para usuários com limitações associadas à motricidade:
 - b) Independência do uso do mouse, como dispositivo apontador;
 - c) Independência do uso do teclado, com via software;
 - d) Independência do uso simultâneo de várias teclas,
 - e) Flexibilidade no tempo de resposta, na interação com o sistema.
- f) Adequações de acessibilidade para usuários com limitações associadas à audição:
 - g) Materiais audiovisuais devem ser legendados, tanto com legendas em texto com em Libras;
 - h) Opções para controle de volume;

- i) Acesso visual à informação sonora,
- j) Serviço para a transcrição em textos de documentos digitais orais.
- k) c) Adequações de acessibilidade para usuários com limitações associadas à visão:
- l) Ampliação da imagem e modificação dos efeitos de contraste na tela;
- m) Independência do uso do mouse como apontador, com um uso maior do teclado;
- n) Uso do software (Dosvox e Virtual Vision) para a leitura de tela, ao qual está associado a sintetizador de voz;
- o) Opção para o acesso à informação,
- p) Opções para acesso à informação em Braille, seja na forma de texto impresso, seja por intermédio do periférico linha Braille.

SASSAKI (2005) *apud* FONSECA (2012, p. 3), também traz a seguinte corroboração ao destacar diferentes aspectos em relação à acessibilidade ao enfatizar que:

- a) Acessibilidade arquitetônica: construção de espaços sem barreiras, obstáculos que possam impedir a liberdade de movimentos de vir e ir de qualquer pessoa;
- b) Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras comunicacionais, nas suas mais diferentes formas;
- c) Acessibilidade metodológica: quando não há obstáculos nos métodos e nas técnicas de estudo, adaptações curriculares;
- d) Acessibilidade instrumental: uso de tecnologia assistiva, de forma que os deficientes não encontrem bloqueios que os possibilitem de utilizarem certos objetos;
- e) Acessibilidade programática: “sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral;
- f) Acessibilidade atitudinal: indivíduos das comunidades devem ser conscientizados da importância do convívio entre todos, sem distinção de cor, raça, sexo, idade e presença ou ausência de deficiências.

Assim, é necessário que as bibliotecas possuam os requisitos básicos que sejam capazes de oferecer aos usuários as múltiplas possibilidades de acesso para a ampliação do conhecimento.

A eliminação de barreiras arquitetônica e a disponibilização da informação e comunicação nos espaços físico das bibliotecas deve ser uma realidade com vistas a promover a inclusão social e democrática de todos perante uma sociedade igualitária respeitando a dignidade e direitos citados no Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em vista disso, as discussões sobre respeito à diversidade e os direitos de igualdade para todos, vem oportunizar de forma decisiva a conquista de mudanças de paradigmas na biblioteca universitária.

Para tanto, a biblioteca universitária é um dos espaços de educação inclusiva, capaz de

oferecer um serviço de qualidade e acessível de acordo com as normas da Associação Brasileira das Normas Técnicas aos usuários com deficiência.

Diante disso, o Ministério da Educação (MEC) vem desenvolvendo ações voltadas para a inclusão dos sujeitos na universidade a fim de garantir os direitos das pessoas com deficiência por meio de acessibilidade ampla e articulada através do Projeto Incluir.

Portanto, é imprescindível que haja a promoção desses diferentes tipos de acessibilidade na biblioteca universitária, para que os indivíduos com limitações possam ser e, se desenvolver na sociedade em que vivem igualmente com as outras pessoas.

Para ampliar o entendimento quanto às políticas inclusivas voltadas para a biblioteca tem-se a Lei Nº 10.861 – Avaliação da Educação Superior (SINAES) de 14 de abril de 2004 que esclarece “a contribuição da biblioteca para o ensino, a pesquisa e a extensão”, assumindo, assim, a função social de prover a infraestrutura documental e promover a disseminação da informação, em prol do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura.

Outro ponto a destacar neste contexto da educação inclusiva da biblioteca se baseia na dimensão dos programas geridos para a educação do ensino superior constante no Plano Nacional de Educação (PDE) estabelecida pela Lei nº. 10.172/2001 que estipula uma política de estratégia para a promoção, a renovação e desenvolvimento nas universidades para uma educação igualitária capaz de suprir uma necessidade premente do desenvolvimento de competências que habilite os sujeitos em formação a aprender e apreender o saber a ele transmitido.

Assim, a acessibilidade na biblioteca pode ser considerada como a eliminação das barreiras da exclusão social, tais como: informacional, econômica, política, cultural, entre outras, representando ao sujeito um significado importante para a disponibilidade de informação e comunicação aos conteúdos em formatos alternativos.

Desse modo, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 traz a seguinte uma contribuição valiosa, quando explicita que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Nas bibliotecas universitárias, esta acessibilidade era vista apenas como “portas abertas” para a comunidade interna e externa na qual está inserida e, atualmente, precisa estar devidamente amparada pela legislação e normas de acessibilidade vigentes, como NBR

9050:2004¹ e Lei 10.098/00².

Para tanto, a Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT) - NBR 9050: 2004 destacam as regras que devem se seguidas nas bibliotecas universitárias como as vagas de estacionamento e sinalizações, conforme as figuras a seguir:

Figura 1: Símbolo Internacional de Acesso Fonte:



Fonte: ABNT NBR 9050 (2004)

Figura 2: Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: ABNT NBR 9050 (2004)

Figura 3: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva



Fonte: ABNT NBR 9050 (2004)

Quanto à acessibilidade informacional, é necessário que os espaços informacionais (bibliotecas) sejam criados ou adaptados, a fim de proporcionar aos usuários Portadores de Necessidades Especiais (PNE) maior acessibilidade por meio das tecnologias assistiva, como

¹ Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

² Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

os materiais em Braille ou em libras e intérpretes.

Para Torres, Mazzoni e Alves (2000, p. 86), enfatizam que a acessibilidade da informação deve compreender a usabilidade tecnológica e,

[...] atender a distintas categorias de usuários são os programas de reconhecimento da fala. Embora essa tecnologia esteja sendo aperfeiçoados, vários produtos já estão sendo comercializados. Entre os seus possíveis usuários, estão pessoas com deficiência de coordenação motora para digitar, pessoas com deficiência visual e qualquer pessoa que prefira ditar em vez de digitar.

Diante disso, Fialho e Silva (2012), destacam que é necessário as bibliotecas universitárias possuam softwares como:

- a) DosVox: Programa de comunicação por meio de síntese de voz.
- b) Delta Talk: Software que permite a interação com o computador de maneira bem natural e apresenta a opção de escolha de três vozes diferentes.
- c) Virtual Vision: efetua a leitura de todo conteúdo selecionado pelo usuário, até mesmo as planilhas, tabelas e sites na Internet.
- d) Jaws: Está entre os leitores de tela mais populares mundo, com interface em português.
- e) Openbook: diferentemente de outros softwares o texto pode ser convertido para o formato MP3.

De acordo com MAZZONI et. al (2001, p.31):

Dentro da estrutura de uma biblioteca universitária, a acessibilidade deve ser vista tanto em aspectos urbanísticos (estacionamento, caminhos de acesso etc.), em aspectos arquitetônicos (iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros, rampas adequadas etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, sistemas de consulta e empréstimos, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências, sistemas para acesso remoto etc).

Com a entrada de um número significativo de Pessoas com deficiência no ensino superior gratuito, o papel das bibliotecas universitárias em contribuir com o ensino, pesquisa e extensão ficou ainda maior. Não devemos mais contribuir apenas com os usuários comuns, pensando em arquitetura com escadas cinematográficas, mobiliários inadequados e tecnologia desatualizada. É necessário ir além. A biblioteca universitária deve inserir em seu processo inclusivo desde o aspecto físico até o atitudinal se baseando na dimensão urbanística, arquitetônica, comunicacional e instrumental para a promoção, renovação e desenvolvimento de uma educação igualitária.

Dessa forma, as informações devem estar disponíveis e acessíveis a todos, uma vez

que, a inclusão de pessoas, segundo (FREIRE 2008, p.12), “é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos [...]”.

3 Materiais e métodos

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica tendo em vista o fato de que a pesquisa visa discutir a representação social da biblioteca e também poderá ser caracterizado como uma pesquisa descritiva do ponto de vista dos objetivos descritos a partir da abordagem apresentada.

Diante disso, Ferrão (2008, p 103) descreve a pesquisa bibliográfica como “a consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para a realização do trabalho”. Rudio (2009, p.71) considera a pesquisa descritiva como “[...] aquela interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Para tanto, o referencial teórico terá como base os recursos bibliográficos, bem como: livros, base de dados, portais e outros.

4 Resultados parciais

Como resultado esperado pretende-se destacar o papel social da biblioteca universitária diante da construção do conhecimento do sujeito em formação. É esperado, também, mostrar os vários tipos de instrumentos que podem ser úteis para a inclusão do sujeito baseando-se na utilização da tecnologia.

5 Considerações parciais

Percebe-se que a biblioteca é uma instituição social com condições necessárias para o desenvolvimento da cidadania do sujeito através de seus materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios que disponibiliza a comunidade educacional, constituindo assim, parte integral do sistema educativo que participa estimulando e facilitando seus objetivos, metas e fins.

Logo, os ambientes digitais tornou-se um dos principais meios de acesso às pessoas com deficiências frente às tecnologias de informação e comunicação, o qual, através do espaço privilegiado da biblioteca podem se inter-relacionar com os serviços e suportes oferecidos prol do desenvolvimento da educação e cultural.

Nesta percepção é razoável compreender que é possível construir um acervo dinâmico de recursos educacionais digitais capazes de propagar o conhecimento, cujo objetivo é modificar as relações sociais e culturais do indivíduo.

Por isso, pode-se afirmar que a utilização da tecnologia como apoio ao ensino possibilita a interação da comunidade escolar com a biblioteca como um dos meios da “realização das atividades do cotidiano; como mediadora da comunicação; serve como instrumento de armazenagem e busca de informações, além de ser um instrumento para a disseminação de informações, pelas publicações de materiais” para o usuário interativo², uma vez que, as que atividades desenvolvidas nas bibliotecas ganharam novas dimensões na ampliação dos serviços de tratamento da informação.

Portanto, a biblioteca não é apenas um local de transmissão do conhecimento, de um saber ou até mesmo de uma conduta, mas, sobretudo um laboratório de cultura, educação e um espaço para a iniciação à vida que pode ser ampliado quando estabelece a significação do indivíduo para o mundo que o cerca.

A biblioteca enquanto centro de informação tem que fazer o possível para transmitir e disseminar a informação de forma satisfatória, uma vez que a tecnologia propõe facilidades de serviços e acesso à informação.

Nessa perspectiva, é necessário que a biblioteca venha apropriar-se de seu papel, e que seja capaz de servir de instrumento e direcionar o indivíduo no convívio com a leitura e a informação, estabelecendo assim uma relação de bem-estar ao inserir as modernas tecnologias do acesso à informação, e desta forma criar hábitos e comportamentos à sociedade.

Consequentemente a biblioteca só será capaz de interagir com a sociedade no seu processo de seu desenvolvimento social caso estejam comprometidas a se adequar ao seu público e as novas demandas da sociedade.

6 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

Disponível em: <

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen erico_ imagens-filefield-description%5D_24.pdf> Acesso em: 20 de março de 2016.

BRASIL, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>.> Acesso em: 20 de março de 2016.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. "Formação contínua de professores do ensino

fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy, competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento." **Transinformação**, Campinas, jan/abr, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/723/703>>. Acesso em: 01 de jan. de 2016.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In*: _____. **O Poder da identidade**. 2. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 2.

CORRADI, J. A. M. Ambientes informacionais digitais e usuários surdos: questões de acessibilidade. 2007, 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

FERRÃO, Romário Gava. Metodologia científica para iniciantes em pesquisa. Linhares, ES Unilinhares / incaper, 2003.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2012. Disponível em: Acesso em: 20 de março de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados**. 7 ed. 2 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000658&dd1=9076a> > Acesso em: 20 de março de 2015.